



Maior rigor, na Europa, contra pagamento de juros com atraso.

Reali Jr., nosso correspondente em Paris.

Os bancos europeus, que até aqui vinham mantendo uma posição mais flexível em relação às dívidas dos países latino-americanos, se comparada com a dos bancos norte-americanos, começam a ser pressionados para modificar sua atitude com o objetivo de diminuir, na medida do possível, os constantes atrasos de pagamentos dos juros devidos pelos diversos países do Continente. Um primeiro sinal de alerta nesse sentido foi dado pela Comissão de Controle dos Bancos da França, uma espécie de fiscal do sistema bancário francês, exigindo dos estabelecimentos maior clareza em suas contas.

Essa comissão reclama uma aplicação mais rigorosa da regra, segundo a qual um crédito deve ser declarado duvidoso se ocorrer um atraso superior a 90 dias no pagamento dos juros (como ocorre nos EUA). O organismo exige também que os juros só sejam contabilizados após terem sido efetivamente pagos. A Comissão de Controle sugere também aos bancos que coloquem somas importantes de lado, uma precaução diante da expectativa de novos e duros golpes nos próximos meses.

Por enquanto, a hipótese de não pagamento, segundo revelou um banqueiro francês ao semanário *L'Express* que esta semana trata do assunto, ainda não se consumou, e os bancos se contentam em admitir atrasos. Este mesmo banqueiro explica que os bancos se limitaram a seguir os exportadores, estimulados pelo governo. Normalmente, os créditos de exportação comportam riscos mínimos, pois eles são garantidos pelo Tesouro (no caso da França, Coface é o organismo que avalia essas operações).

Os clientes costumam ligar essas operações a créditos financeiros suplementares não garantidos pela Coface. Até alguns anos atrás, para vender cem milhões de francos de equipamentos através de créditos com garantia do Te-

souro os bancos franceses cediam a exigência de seus clientes e autorizavam créditos financeiros duas vezes superior, isto é, de 200 milhões de francos, nesse caso sem garantia "Coface".

Dessa forma, o sistema bancário francês foi-se envolvendo de tal forma com a dívida latino-americana e hoje em dia, mesmo não estando tão comprometido quanto os bancos norte-americanos, japoneses, canadenses e britânicos, está à frente dos bancos alemães e suíços a um nível igualmente preocupante. Fato agravante é a sua incapacidade de agir, o que levou o presidente do Instituto Francês de Relações Internacionais, Jacques Edin, a declarar: "Estamos sentados sobre um vulcão e ninguém quer falar disso".

Oficialmente, os grandes banqueiros franceses mantinham uma postura tranquila, deixando para os norte-americanos, mais engajados na América Latina e majoritários nos diversos comitês, a busca de uma solução para o problema. Mas, na verdade, todos os grandes bancos franceses estão também fortemente envolvidos com a dívida dos países da América Latina. Se levarmos em conta seis países da América Latina — Brasil, México, Argentina, Equador, Chile e Peru — o Credit Lyonnais era, em janeiro último, o organismo bancário francês mais envolvido com créditos (garantidos ou não pelo Tesouro) no valor de US\$ 3,2 bilhões seguido do Banque Nationale de Paris, US\$ 2,7 bilhões; Societe Générale, US\$ 2,3 bilhões; Paribas, US\$ 1 bilhão; C.C.F., US\$ 870 milhões e o Banco Indosuez, US\$ 450 milhões.

O objetivo sugerido pela Comissão de Controle dos Bancos, isto é, reduzir ao máximo possível os atrasos de pagamentos, depende das negociações desenvolvidas através dos comitês constituídos pelos principais bancos mundiais envolvidos com a dívida de cada país fortemente endividado. Es-

ses comitês são amplamente dominados pelos bancos norte-americanos. No comitê que trata do caso brasileiro, constituído por 14 representantes de bancos, sete são norte-americanos: No mexicano, dos 11 membros, seis representam os bancos norte-americanos e dos 11 representantes que constituem o comitê da Argentina, cinco são dos bancos dos Estados Unidos. Assim, sendo, o papel dos representantes franceses nesses comitês é secundário se comparado com os norte-americanos com maiores condições de impor seus esquemas.

Mas mais poderoso que os próprios bancos norte-americanos é o Fundo Monetário Internacional, dirigido pelo francês Jacques de Larosière, organismo que impõe sua autoridade, intimando os clientes latino-americanos a adotarem uma política de austeridade de alto custo social. É por aí que os banqueiros europeus, principalmente os franceses, vão procurar aumentar sua influência nesse longo e difícil processo de negociação. Mesmo porque a cada dia aumentam as dúvidas sobre a capacidade dos latino-americanos de querer ou poder pagar seus compromissos.

Por enquanto, os bancos franceses tiveram de se alinhar à estratégia adotada pelos norte-americanos e confiar na capacidade de ação do FMI nos momentos de crise aguda desses países endividados.

Para que se tenha uma idéia, o volume de créditos não-garantidos concedidos aos chamados países sensíveis em desenvolvimento atinge 200 bilhões de francos, sendo que 120 bilhões se referem a créditos concedidos ao Brasil, México, Venezuela e Argentina: 50 para o Brasil, 35 para o México, 20 para a Venezuela e 15 para a Argentina. Se esses quatro países resolverem suspender o pagamento dos juros, os bancos franceses perderiam anualmente dez bilhões de francos.